

Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 156, de 2017

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Iniciativa:

Ementa:

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 394, de 2017, que “Estabelece o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, dispondo sobre direito à convivência familiar e comunitária, preferência da reinserção familiar, acolhimento familiar ou institucional, apadrinhamento afetivo, autoridade parental, guarda e adoção, e Justiça da Criança e do Adolescente. ”.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 05/12/2018 - COMISSÃO CONCLUIDA

TRAMITAÇÃO

13/12/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Audiência pública não realizada.

05/12/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: COMISSÃO CONCLUIDA

Ação: Na 99ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Presidente coloca em votação a inclusão extrapauta do RDH 170/2018 e é aprovada. Em seguida, a Comissão aprova o referido requerimento, que retira o RDH nº 156/2017.

08/11/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Aprovado, em 08/11/2017, o RDH 156 de 2017, de iniciativa do Senador Paulo Paim, extrapauta, com a inclusão da convidada, Maria Berenice Dias, representante do IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família.

07/11/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 16:23.

Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 156, de 2017

DOCUMENTOS

RDH 156/2017

Data: 07/11/2017

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Apresentado na Comissão nesta data às 16:23.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 394, de 2017, que "Estabelece o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, dispondo sobre direito à convivência familiar e comunitária, preferência da reinserção familiar, acolhimento familiar ou institucional, apadrinhamento afetivo, autoridade parental, guarda e adoção, e Justiça da Criança e do Adolescente. ".